

Milho Vermelho

Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------|-------|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 229 | 688 |
| Impostos a recuperar | | 8 | 1 |
| Total do ativo circulante | | 237 | 689 |
| Ativo não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 8 | 500 | |
| Propriedade para investimento | 7 | 44.192 | 44.218 |
| Total do ativo não circulante | | 44.692 | 44.218 |
| Total do ativo | | 44.929 | 44.907 |

Passivo e patrimônio líquido

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|-------|---------------|---------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | | | 3.639 |
| Tributos a recolher | | 3 | 2 |
| Total do passivo circulante | | 3 | 3.641 |
| Passivo não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 8 | 4.633 | 384 |
| Total do passivo não circulante | | 4.633 | 384 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 9 | 42.105 | 42.105 |
| Prejuízo acumulado | 9 | (1.812) | (1.223) |
| Total do passivo a descoberto | | 40.293 | 40.882 |
| Total do passivo e passivo a descoberto | | 44.929 | 44.907 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|-------|--------------|--------------|
| Despesas administrativas e gerais | 10 | (26) | (41) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | (26) | (41) |
| Despesas financeiras | 11 | (604) | (523) |
| Receitas financeiras | 11 | 49 | 49 |
| Resultado financeiro | | (555) | (474) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | (581) | (515) |
| Imposto de renda e contribuição social | 12 | (8) | (2) |
| Prejuízo do exercício | | (589) | (517) |

**Demonstrações do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais)

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Resultado do exercício | (589) | (517) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total resultado abrangentes | (589) | (517) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
para os exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

| | Notas | Capital social | Prejuízo acumulado | Total |
|----------------------------------|----------|----------------|--------------------|---------------|
| Em 1º de janeiro de 2024 | | 37.008 | (706) | 36.302 |
| Integralização de capital social | 9 | 5.097 | | 5.097 |
| Prejuízo do exercício | 9 | - | (517) | (517) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 42.105 | (1.223) | 40.882 |
| Prejuízo do exercício | 9 | | (589) | (589) |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | 42.105 | (1.812) | 40.293 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (589) | (517) |
| Ajustado para | | |
| Depreciação e amortização | 26 | 25 |
| Total | (563) | (492) |
| Variações - Ativo e passivo | | |
| Imposto a recuperar | (7) | 2 |
| Fornecedores | (3.639) | (4.555) |
| Tributos a recolher | 1 | 1 |
| Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais | (4.208) | (5.044) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Partes relacionadas | 4.249 | 385 |
| Juros pagos sobre contas a pagar | (500) | |
| Integralização de capital | | 5.097 |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento | 3.749 | 5.482 |
| Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa | (459) | 438 |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 688 | 250 |
| No fim do exercício | 229 | 688 |
| Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa | (459) | 438 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Milho Vermelho Participações S.A., foi constituída em 2 de dezembro de 2011, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Tem por objeto social a participação em outras empresas, no país ou no exterior, qualquer que seja sua forma e objeto; compra, venda e locação de imóveis próprios; atividades de apoio à agricultura e pecuária e exploração, a qualquer título, de imóveis próprios.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis que impactam aspectos gerais das demonstrações contábeis da Empresa estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas. Os ativos e passivos financeiros estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma IFRS S1: Divulgações gerais - Estabelece os requisitos gerais para que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Norma IFRS S2: Divulgações relacionadas ao clima - Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

A empresa está avaliando os impactos dos pronunciamentos da alteração listada acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A empresa está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 27 de março de 2026.

A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis refere-se aos diretores administradores eleitos e designados no contrato social.

2.3. Apuração do resultado

2.3.1. Reconhecimento de receita de vendas

A receita de arrendamento e/ou aluguel no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

2.3.2. Reconhecimento de receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

2.4. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos ao final do período de apresentação das demonstrações contábeis ao final de cada exercício.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Empresa:

- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis).

2.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo, pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

2.5.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Empresa registrados nesta categoria estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

2.5.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.5.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Empresa baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.6. Ativo circulante e não circulante

2.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez inferior a três meses, ou prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6.2. Aplicações financeiras

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades de Certificado de Depósitos Bancários e Cotas em Fundos de Investimentos. Estas aplicações podem ser prontamente resgatadas e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

2.6.3. Imóveis mantidos para a renda – Propriedade para investimento

A administração mantém parte de suas propriedades (imóvel rural e benfeitorias) para auferir aluguel e/ou renda e estão classificados como “Propriedade para Investimento” e estão mensurados ao valor justo.

2.7. Passivos circulantes e não circulantes

2.7.1. Fornecedores (Contas a pagar)

Os saldos de fornecedores e/ou contas a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do saldo a pagar de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os saldos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.7.2. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, se houver. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.7.3. Impostos correntes

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real mensal.

2.8. Patrimônio líquido

2.8.1. Reserva de lucros

Ao final do exercício, o saldo de lucros (prejuízos) acumulado é transferido para (absorvido pela) reserva de lucros.

2.8.2. Distribuição de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme determinado pela administração com base na existência de lucros acumulados no patrimônio líquido conforme prevê o estatuto social.

2.9. Outros ativos, passivos, receitas e despesas

Os demais ativos, passivos, despesas e receitas são reconhecidos pelo regime contábil de competência.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes não necessariamente serão iguais aos resultados reais. Em 31 de dezembro de 2023, a administração não identificou estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante os valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4. Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela administração que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais da Empresa.

As políticas de gestão de risco refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelos quotistas e administração.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, a administração avaliou quais os modelos de negócios se aplicavam aos instrumentos financeiros mantidos pela Empresa e os classificou nas devidas categorias da nova norma. Não houve transferência entre os níveis durante o exercício.

A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2025 | 2024 |
|------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | 229 | 688 |
| Total | 229 | 686 |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Propriedade para investimento

| | Imóvel rural | Benfeitorias | Total |
|----------------------|---------------|--------------|---------------|
| Adições - 2024 | 43.791 | 453 | 44.244 |
| Depreciação - 2024 | | (25) | (25) |
| Em 31/12/2024 | 43.791 | 428 | 44.219 |
| Depreciação - 2025 | | (26) | (26) |
| Em 31/12/2025 | 43.791 | 372 | 44.193 |

Refere-se a imóveis rurais localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul e Bahia suas benfeitorias.

8. Partes relacionadas

a) Saldos

| | 2025 | | 2024 |
|------------------------------------|------------|--------------|-----------|
| | Ativo | Passivo | Passivo |
| Santos Pereira Participações Ltda. | 500 | | |
| Eduardo Junqueira Santos Pereira | | 1.421 | 5 |
| Renato Junqueira Santos Pereira | | 1.421 | 5 |
| André Junqueira Santos Pereira | | 1.421 | 5 |
| Total | 500 | 4.263 | 15 |

Os adiantamentos efetuados pelos sócios serão integralizados no capital social da empresa futuramente. Sobre os saldos não são imputados encargos financeiros.

9. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social está dividido em 39.908.774 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 24.454.991 ações ordinárias e 15.453.783 ações preferenciais sem direito a voto e com prioridade no reembolso de capital.

(b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado.

10. Despesas gerais e administrativas

| Natureza | 2025 | 2024 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Serviços prestados por terceiros | 18 | 8 |
| Comissões | 4 | 5 |
| Outras despesas | 7 | 12 |
| Tributárias | 65 | 158 |
| Total | 482 | 572 |

11. Resultado financeiro

| | 2025 | 2024 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receita financeira | | |
| Receita de aplicação financeira | 1 | 1 |
| Despesa financeira | | |
| Juros de financiamento | (28.599) | (15.052) |
| Despesas com contratação de financiamento | (5) | (3.630) |
| Despesa financeira | (28.604) | (18.682) |
| Despesas financeiras, líquidas | (28.603) | (18.681) |

12. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A empresa apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime do lucro real mensal. Não foram reconhecidos contabilmente tributos diferidos em 2026 sobre o prejuízo acumulado e por não haver diferenças temporárias.

* * *

Edson Vitor Leão
Contador
CRC: 1SP172162

Ricardo Brito Santos Pereira
Diretor Presidente
CPF: 300.478.898-53